

FGV: classes A, B e C sentem mais os reflexos da crise

(NÃO ASSINADO)

As classes A, B e C foram as que mais sofreram com os reflexos da crise no Brasil nos primeiros dois meses do ano. Os indivíduos pertencentes a este grupo aumentaram, em muito, a probabilidade de migração para as camadas mais pobres da sociedade. De acordo com levantamento divulgado nesta quarta-feira (8) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre setembro e dezembro do ano passado a chance de decadência de integrantes dessas classes para as D e E era de 2%, risco que saltou para 12% entre janeiro e fevereiro de 2009.

A probabilidade de migração para baixo foi ainda maior para os indivíduos das classes A, B e C ocupados no setor financeiro. De acordo com a pesquisa - que usa como base os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE - entre setembro e dezembro de 2008 a chance era de 9% de queda. Já no primeiro bimestre de 2009, o risco atingia 13,5%. Movimento similar foi observado para os empregados da indústria, que viram suas chances de decadência aumentar de 2,7% para 4,1% em iguais períodos.

"Estes números comprovam que a crise bateu forte entre os profissionais qualificados e com salários mais altos", resume o economista Marcelo Néri, responsável pelo estudo. O risco de encolhimento na classe C põe em xeque um dos carros-chefes do governo Lula, que foi o aumento da classe média no País.

O mês de fevereiro consolidou a mobilidade social observada em janeiro. A pesquisa mostra que as classes A e B diminuíram sua participação no País, conforme antecipado em reportagem publicada no último domingo pelo jornal O Estado de S. Paulo. Em dezembro do ano passado, a fatia dos mais ricos era de 15,3%, patamar que recuou para 14,91% em janeiro e 14,84% em fevereiro.

A classe C, que abriga o maior número de brasileiros, perdeu espaço de dezembro para janeiro - de 52,81% para 52,64% -, mas manteve-se estável em fevereiro (52,67%). "Outro aspecto negativo diz respeito à interrupção no movimento de pessoas saindo das classes D e E rumo à C. No primeiro bimestre do ano, estes grupos ficaram praticamente estagnados, respectivamente, em 13,67% e 18,82%", ressalta Néri.

Diante desta estagnação dos mais pobres, houve aumento da desigualdade social, medida pelo Índice de Gini. Nos primeiros dois meses deste ano, a desigualdade já apresenta expansão de 0,55%. Movimentação inversa à observada em 2007, início do processo de expansão da classe C, quando houve queda de 0,16% no degrau entre ricos e pobres. No ano passado, a redução das diferenças foi ainda maior: 2,18%.

"Ainda é cedo para dizer que já entramos em uma trajetória de crescimento das desigualdades. Temos que aguardar os números dos próximos meses para ver como esta variável vai se comportar. Isso vai depender do ritmo das demissões e a velocidade da retomada da economia", explica o economista.